

## Linguagem – atividade constitutiva\*

Carlos Franchi

### Nota preliminar

Este artigo se construiu como colagem de excertos da introdução de uma tese de doutoramento – “Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem”. Reforçamos alguns contornos, enchemos alguns espaços brancos a fim de dar ao texto uma certa autonomia e unidade. Fica, sempre, uma peça discursiva extraída de seu contexto.

Vale, por isso, advertir que essa introdução, redigida à moda de ensaio, visava a evitar que entendêssemos como reduzidas a um esforço de formalização, empreendido como objetivo imediato da tese, as múltiplas possibilidades de aproximação compreensiva do fenômeno da linguagem. Quisemos deixar presente que, sob a neutralidade dos modelos teóricos, sob o formalismo reduzido e enxugado, sob a regularidade dos esquemas de derivação das fórmulas sucessivas na dedução, disfarça-se apenas uma reflexão prévia, condicionada histórica e culturalmente, assistemática. Nesta, busca-se caracterizar a natureza do objeto a explicar, determina-se um ‘ponto-de-vista’ privilegiando aspectos particulares da linguagem, de modo a orientar as escolhas das noções de base, a fixar o domínio de investigação, a escolher os instrumentos de análise e síntese. Este artigo resume, pois, um discurso e reflexão sem data e muitas vezes retornado, em que se fixaram as hipóteses – pouso datado e provisório – determinantes de certas opções teóricas. Discurso prévio, pré-científico, parale-

---

\* Este texto foi publicado pela primeira vez em *Almanaque* 5: 9-27, 1977. Uma segunda versão, revista, foi publicada nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da própria UNICAMP, 22: 9-40, 1992. A presente reprodução, autorizada, foi digitada por Beatriz Christino (CEDOCH-DL/USP). Salvo pequenas alterações na grafia e pontuação, o texto segue a versão de 1992 (N. Ed.)

lo a inúmeros discursos compossíveis, repositório dos resultados e sujeito às condições de inúmeros discursos antecedentes.

É, sabemos, hábito silenciar essas ‘origens’ da elaboração teórica (cf. Moles, 1957: 67 e ss.), ignorá-las mesmo, pela consciência da disparidade entre a provocação e a resposta, da relatividade sob a perfeição aparente, da violência e ruptura entre a reflexão irregular que informa e relaciona precariamente experiências e contexto, que contrapõe os propósitos às exigências do discurso científico. Corremos, aqui, o risco de evidenciar essas fontes espontâneas, em uma exposição intuitiva de pressupostos, fixando uma certa concepção de linguagem e indicando nosso posto particular de observação.

Tal concepção de linguagem, atividade construtiva, apresentada agora independentemente das outras partes da tese (uma resenha crítica de teorias lingüísticas e contribuições para a construção de um modelo formal) pode levar a um mal-entendido inverso: na medida em que se reafirma o caráter histórico e o condicionamento contextual das línguas naturais, a irreduzibilidade de seus processos expressivos a um sistema formal, pode-se estimular uma atitude epistemológica ingênua de imediata recusa da formalização. E, ao contrário, nos parece que o que se deve esperar é que os modelos formais se elaborem a um nível bem maior de abstração. Gostaríamos de recordar, nesse sentido, a complementaridade desses ‘momentos’ – nunca termos, mas instantes de um processo cíclico intermitente: reflexão filosófica, investigação experimental, elaboração teórica. Que todos supõem não uma concepção estreita do objeto a descrever, no caso a linguagem, mas uma consciência clara de sua complexidade.

## 1

Convém inicialmente destacar alguns traços de diferentes concepções de linguagem, não necessariamente incompatíveis, vistas sempre aqui como transparecem de teorias lingüísticas contemporâneas.

Deixemos logo à margem o fato de que o homem se comporta diante da linguagem como diante de uma instituição. A atitude certamente contribui, entre outras condições de produção do discurso, para restringir o conjunto das formas – dentre as muitas disponíveis no sistema de uma língua dada – sobre o qual o sujeito efetua suas opções lingüísticas expressivas. Tomar, porém, a linguagem por essa via não permite ao estudioso ultrapassar as regularidades condicionadas por certas convenções e submetidas a um normativismo exterior. A concepção institucional da linguagem, em Saussure por exemplo, conduz a um esvaziamento da própria ‘lingua-

gem' e a um privilégio da noção de 'língua' como o "conjunto das convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa 'faculdade' pelos indivíduos": a linguagem, ao contrário da língua (que constitui um princípio de ordenação e de classificação), não tem por si nenhuma propriedade que a determine, que se reflita no resultado mesmo a que se dispõe – a elaboração de sistemas de símbolos. Acrescente-se este a outros paradoxos de seu 'curso de lingüística' (cf. Saussure 1915: 23 e ss.; 40 e ss.).

Recusemos, em seguida, considerar a linguagem uma entidade teórica desnecessária (como [na] tradição behaviorista bloomfieldiana): o que existe, dirão, são os discursos efetivamente produzidos nas diferentes línguas. Nesse caso, tudo se reduziria a um *corpus* para os instrumentos de análise; a lingüística, a um inventário e descrição de procedimentos de descoberta, utilizando-se critérios limitados e bem precisos; a gramática, à representação dos resultados obtidos via generalização indutiva a partir das regularidades estabelecidas na análise sistemática, estas às operações de segmentação e classificação. Admitindo, embora, a conveniência e mesmo a necessidade em alguns domínios de trabalhos sistemáticos de análise, certas formas de investigação e experimentação controlada, seja como instrumento precário de levantamento de informações intuitivas básicas para uma teoria, seja para fornecer elementos de justificação ou contradição de hipóteses, devemos evitar confundir o objeto, princípios e métodos da lingüística (como teoria da linguagem) com tais procedimentos, transformando todas as questões em uma questão de técnicas e critérios de análise. É, por exemplo, o caso extremo dos promotores do estruturalismo americano.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Se no projeto saussuriano (como aparece no *Cours de Linguistique*) a faculdade de linguagem se tornava imperscrutável porque heteróclita, multiforme, um fazer às cegas sem princípio ordenador ou unificador, no projeto bloomfieldiano (e mais, no positivismo estreito de seus seguidores) uma lingüística como 'ciência da linguagem' é totalmente inconcebível. De fato, quando "somente as generalizações indutivas são úteis" para a descrição lingüística, a teoria da linguagem (se ainda podemos chamá-la assim) "torna-se desconfiada da própria linguagem, seja que esta se tome como aquilo que é comum a todas as línguas, seja que esta se tome como 'faculdade', no sentido biológico do termo." Diríamos que "uma epistemologia positivista e a teoria da linguagem que dela decorre instauram uma lingüística como 'ciência descritiva das línguas' e não como 'ciência da linguagem'" ( de Michel Lahud, em trabalho inédito: "Y a-t-il lieu de distinguer une linguistique 'science des langues' et une linguistique 'science du langage'?").

## 1.1

Uma perspectiva mais atraente para uma teoria da linguagem, embora ainda parcial e insatisfatória de nosso ponto de vista, mereceria discussão mais detalhada se não fosse a limitação deste trabalho: aquela que considera a linguagem e as línguas naturais a partir de noções correlacionadas com a função de comunicação. De um modo geral, entende-se nessa tendência que os princípios universais da linguagem somente se isolam e compreendem satisfatoriamente em referência à noção de ‘comunicação’, básica na definição de diferentes funções da linguagem. Esta se situa em relação a seu uso social, aberta aos fatores que a condicionam e determinam na interação dos interlocutores, em suas relações com o mundo e a cultura. Tal assunção básica forma o tom de fundo a diversas correntes lingüísticas. Corresponde-lhes uma filosofia da linguagem, embora a diferença de propósitos, de métodos, conduza em cada caso a desenvolvimentos teóricos divergentes.<sup>2</sup>

O problema central é o da ‘significação’, concebida não como uma propriedade de expressões, apreensível pela enumeração de características sintáticas e morfológicas, mas como um ‘ato’, um ato intencional e motivado que põe em relação, de um lado, os interlocutores, de outro, os elementos convencionais de que se servem na interlocução (a ‘função’ específica a que se visa em cada ato de comunicação e a ‘forma’ das expressões). A correlação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática descrever-se-á pela representação explícita das condições mesmas do ato da comunicação,

---

<sup>2</sup> Referimo-nos, por exemplo, a correntes chamadas funcionalistas em lingüística: a do ‘círculo de Praga’, que se associa a um dos aspectos do pensamento de Bühler; ao funcionalismo enriquecido de Firth e melhor ainda de Halliday; a certos aspectos da variada produção de R. Jakobson. E à filosofia da linguagem como a praticam Strawson, Austin, Searle, Grice, que sugerem outras direções nessa orientação generalíssima. Excluímos de nosso interesse estudos que, concebendo a linguagem como ‘instrumento de comunicação’, [se] utilizam de uma abordagem quase exclusivamente informacional. Nestas, acaba-se por reduzir a linguagem a um ‘código’, insuscetível de outro instrumento que o de uma análise de marcas expressivas associadas a uma listagem de ‘funções’ significativas. Então, o sistema lingüístico se ‘dá’ e como tal se ‘recebe’, reduzindo-se o papel dos participantes do discurso à codificação e à decodificação das informações na mensagem, onde tudo está dito e manifesto. Cai-se em um descritivismo que, para maior defeito, não se confessa, nem cuida de elaborar com rigor os seus procedimentos. É o caso de Martinet (e de certos semiólogos da comunicação que inspira). Ou mesmo de Katz, independentemente da maior sofisticação formal de sua semântica.

das intenções ou funções desses atos. Tal representação vai variar conforme a ênfase que se dê a uma ou outra dessas noções envolvidas no processo. Pode-se caracterizá-la como a descrição completa e estruturada das condições dos ‘atos de fala’, estabelecendo as regras constitutivas desses atos e de sua especificidade (como em Searle). Ou ainda fazê-la corresponder à enumeração dos princípios quase-contratuais que regem a interação comunicativa, privilegiando-se a noção de ‘comunicabilidade’ como a propriedade dos atos que preenchem os requisitos necessários para tornar-se significativos (Grice). Ou dar-lhe a forma de uma descrição sistemática das funções sociais da linguagem, desde macrofunções (como a de representar e “estruturar a experiência, determinando nossa maneira de ‘encarar as coisas’, “tomando viável a comunicação”; como a de manter as relações sociais capacitando o indivíduo a “interagir com os outros”; como a de garantir “uma vinculação consigo mesma e com os traços da situação em que é usada” – funções ideacional, interpessoal e textual de Halliday), até às microfunções que correspondem a papéis específicos desempenhados por expressões determinadas utilizadas na “codificação desses sentidos ligados às funções mais gerais, embora identificados no plano sintático” (cf. Halliday, 1970: 43 e ss.; 1973: 68).

Não é nossa intenção descrever essas elaborações teóricas possíveis. Isolemos somente alguns temas básicos que se reencontram fundamentalmente nelas.

Em uma teoria da linguagem que se funde em noções como de ‘comunicação’, ‘intenção’, ‘função’ social, opta-se por uma gramática “vista como exterior e pública, como prática, aberta e social”; o esforço teórico se desloca à determinação das condições do exercício social da linguagem, derivadas de um princípio geral determinante – o da ‘comunicabilidade’ “como única pertinência para uma teoria que recupere o fenômeno lingüístico ao nível da realização” (cf. Parret 1976: 3). Em outros termos, desaconselha-se buscar a explicação da significação pela explicitação da estrutura das línguas naturais, mesmo quando se insiste em suas propriedades formais universais. Porque são as necessidades da comunicação, suas funções e condições, identificáveis em um outro universo nocional, que “determinam a estrutura lingüística”. Essa determinação não resulta somente da utilização atual da linguagem, mas ainda da evolução do homem e da cultura. Desse modo, a “compreensão dos fatos sintáticos” (e mesmo semânticos) “exige a compreensão da linguagem na comunicação, visto que é comunicação o que a linguagem é acima de tudo” (cf. Searle 1972).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O estabelecimento preciso das regras constitutivas dos atos de linguagem corresponde ao mesmo tempo à determinação das relações entre a estrutura sintática e semântica das línguas naturais. Leia-se em Searle: “De um lado, a estrutura semântica de uma

Pode-se rebuscar o embrião dessa postura teórica em Malinowski, ou sua expressão mais moderna em Halliday. Para este, também, são as ‘intenções’, as ‘funções’ da linguagem que constituem os elementos iniciais para a construção de uma teoria lingüística: “o sistema gramatical recebe, por assim dizer, um *input* funcional e tem um *output* estrutural” (1973); nele se devem reencontrar os diferentes, múltiplos planos da interação humana em situações de comunicação. É essa a hipótese básica do funcionalismo em lingüística, que já se lê em Bühler, reencontra-se em Martinet, reproduz-se no famoso artigo de Jakobson, para os quais os fatores implicados na comunicação caracterizam, no interior de uma mesma língua, diferentes subsistemas simultâneos, dizendo cada um respeito a uma função diferente da linguagem, a uma macrofunção no sentido de Halliday.<sup>4</sup>

Desse tema comum relativo à dependência estrutural da linguagem dos fatores e funções da comunicação, passa-se conseqüentemente à exigência de vinculação da linguagem ao contexto e à situação. Isto é, exige-se que se leve em conta na explicação da significação o conjunto de fatores e relações que se estabelecem entre os participantes do ato de comunicação, das circunstâncias desse ato, do universo de eventos e coisas a que se referem segundo suas experiências. Malinowski, por exemplo, fala de ‘contexto de situação’ para abranger não somente as condições de ‘situação de discurso’, mas também o ‘contexto lingüístico’ em que cada segmento discursivo deve considerar-se. É com recurso à noção de ‘contexto da situação’ que se pode definir a frase como unidade mínima do discurso: uma expressão qualquer, fora da situação ou considerada independentemente de seu contexto, não possui significação alguma. A insistência nessa noção se retoma em toda a ‘lingüística inglesa’ funcionalista e constitui mesmo uma de suas marcas

---

língua pode ser considerada como a atualização, segundo certas convenções, de uma série de conjuntos de regras constitutivas subjacentes; e de outro, os atos de linguagem se caracterizam pelo fato de realizar-se pelo enunciado de expressões que obedecem a essas mesmas regras constitutivas” (Searle 1969: 76).

<sup>4</sup> Recorde-se que, em Bühler, as ‘três funções de sentido’ – representativa, expressiva, conativa, – “inauguram e tematizam um campo próprio de fenômenos e fatos lingüísticos” e “exibem estruturas próprias” (Bühler 1934: 23 e ss.). Lembre-se ainda a citação de Voegelin, em Jakobson (1963: 213), em que se revisa a hipótese “de uma linguagem monolítica”, reconhecendo-se a “interdependência de diversas estruturas no interior de uma mesma língua”; para uma comunidade lingüística existe uma unidade de língua, mas esse “código global” representa um “sistema de subcódigos” determinados por diferentes funções da linguagem.

distintivas.<sup>5</sup> Do mesmo modo, as relações que se estabelecem no contexto e na situação se reencontram entre os elementos de base da definição de regras constitutivas dos ‘atos de linguagem’ na aceção e formulação de Searle, bem como a eles devem referir-se necessariamente estudos na perspectiva de Grice. Integram-se nessas teorias as ‘intenções’ do locutor, as expectativas do ouvinte, a compreensão por parte de ambos os objetivos sociais imediatos e mediatos da comunicação, a identificação dos objetos em um mesmo universo de referência, etc. E seria por isso que a linguagem se tornaria significativa.

Considere-se, por exemplo, a tradição austiniana colocada como fonte da teoria dos ‘atos da linguagem’. Conhecem-se bem as distinções entre atos locucionários, ilocucionários, perlocucionários. Deixemo-las aqui com a força das instituições originais, sem questioná-las ou tentar aprimorá-las. Enunciar, ‘dizer’ qualquer coisa é já bem ‘fazer’; mas quando dizemos não pronunciamos somente alguns sons articulados: combinamos as palavras e unidades mais complexas em uma construção segundo leis da gramática; além disso, fazemo-lo empregando a expressão em um ‘sentido’ determinado e para uma ‘referência’ determinada. Na terminologia de Austin, quando fazemos esse ato complexo – fonético, fático, rético –, ou seja, quando ‘dizemos’ *qualquer coisa* nesse sentido pleno, praticamos um ‘ato locucionário’. Consideramos o ato verbal que se produz em dada situação, mas independentemente das relações que se estabelecem para a significação na situação. Mas as circunstâncias da enunciação desempenham certamente um papel muito importante e as expressões devem, em grande parte, explicar-se pelo contexto (de situação) em que se inserem. Uma expressão terá, assim, diferentes sentidos (e mesmo sentidos contraditórios), conforme a ocasião em que a utilizarmos. Haverá uma diferença muito grande em utilizar uma oração como – “lave as mãos” – para um conselho, uma simples sugestão, uma ordem efetiva; ou – “irei amanhã” – como uma promessa, como uma vaga intenção, como uma resposta

---

<sup>5</sup> “O conceito de ‘contexto de situação’ é um conceito-chave na técnica do grupo de Londres.” Um conceito particularmente central na semântica, visto que “todo estudo da significação se funda na análise da situação e do contexto”: o lingüista estuda a linguagem “enquanto instrumento de um processo social”, pelo que “o único modo de significação aplicável à linguagem é a ‘comunicatividade’ (*communicativeness*)”. Firth observa, ainda, ao falar de contexto da situação, tratar-se de “uma construção esquemática... em um nível diferente das categorias gramaticais, embora da mesma natureza abstrata” (Firth 1968: 190 e ss.).

evasiva. Se acrescentarmos esse componente a mais de nosso ato de ‘dizer’, ele se dirá um ato ‘ilocucionário’. O ato locucionário se efetua com uma determinada significação: com um sentido e uma referência, como na distinção fregeana. O ato ilocucionário possui ainda um ‘valor’ – o valor ilocucionário, que, por assim dizer, ‘modaliza’ a significação. Mas não se esgotam aí as possibilidades significativas do ato de linguagem: ‘dizer’ qualquer coisa provocará muitas vezes no interlocutor efeitos diversos, sobre o seu pensamento, sentimentos, comportamento. Esse efeito pode relacionar-se só indiretamente, ou mesmo não se relacionar de vez, com os atos locucionário e ilocucionário efetuados. Quando se ‘diz’ para provocar tais efeitos, pratica-se um ‘ato perlocucionário’. Em Bühler, a que temos nos referido como uma das fontes do funcionalismo em lingüística, mas cujas reflexões certamente transbordam desse quadro limitado, encontramos uma distinção de ‘planos’ dessa atividade verbal: a teoria funcionalista dos ‘atos’ parece situar-se somente no plano – diríamos – superficial que Bühler localiza.

“Toda fala” – diz ele – “pode considerar-se subespécie de uma ação humana. Pois todo ‘falar’ concreto está em associação vital com o resto do comportamento” ... “esta entre ações e ele mesmo é uma ação”. Mas uma ação que se deve compreender em vários níveis: como fenômenos referidos ao sujeito (em que se distinguirão as ‘ações verbais’ dos ‘atos lingüísticos’), ou como desligados do sujeito (em que se consideram o ‘produto lingüístico’ e a ‘forma lingüística’). Esclarece: existem sempre para todos “situações em que o problema do momento, a tarefa de circunstância vital, se resolve falando”; falamos: efetuamos ‘ações verbais’. Mas às vezes se fala “não como quem atua praticamente; trabalhamos, criadoramente, na formulação de uma certa matéria” e elaboramos um ‘produto lingüístico’. Nessas situações diferentes da atividade lingüística, em um caso, as relações contextuais são indispensáveis à própria eficiência da ação verbal; no outro, as construções do sujeito se destinam a ter uma – por assim dizer – “vida individual”, independente da situação em que o ‘produto lingüístico’ se elaborou: o próprio enredo do texto pode determinar a ‘situação’ que se renova para cada receptor.

Nesses dois casos – ação verbal, produto lingüístico – a atividade se situa e se entende em um nível de concreção e efetivação circunstancial. A um nível mais abstrato, a atividade lingüística se realiza em ‘atos’ não menos criadores em que se engendram (em um sentido próximo ao matemático) as ‘formas lingüísticas’. Já para dar conta dessa atividade não se pode limitar o processo à observação e análise circunstancial: devemos fazê-lo ‘construtivamente’, “como na matemática pura”. Uma teoria da linguagem deverá, pois, dar conta, em uma explicação com-



pleta e sistemática, “das características desses ‘atos’ ou (definindo-se a coisa do ponto de vista do signo) dos *modi significandi*, dos modos possíveis de significação”.<sup>6</sup> Em última análise, “necessita-se de um sistema de coordenadas que permita uma teoria objetiva da linguagem” em que se consideram as utilizações da linguagem em situações concretas e efetivas de ‘ação verbal’ (como na proposta funcionalista) e de uma “teoria do ato lingüístico”, completada por uma teoria da forma, tal como se tem feito na gramática de todos os tempos”, em que se descrevem os processos, não necessariamente dependentes da utilização da linguagem para a ação verbal embora adequados a ela, envolvidos na construção dos sistemas simbólicos.

## 1.2

As exigências de Bühler antecipam uma disputa contemporânea, a que Strawson 1970 se refere como a uma “luta homérica” entre os teóricos da linguagem que buscam compreendê-la a partir das noções de comunicação e intenção, e aqueles que a explicam pela descrição do processo autônomo e formal por que se constroem sistemas simbólicos. Observadas as construções teóricas de um ponto assim distante e por um critério tão geral, podem incluir-se nessa segunda orientação a lingüística gerativa e transformacional (nas concepções de Chomsky, ou de Lakoff, ou de Šaumjan, entre outros) e também as contribuições de filósofos e lógicos (Adjukiewicz, Carnap, Reichenbach, ou, mais recentemente, Lewis, Montague etc.). Uma observação cuidadosa fará aparecerem diferentes procedimentos, diferentes hipóteses empíricas, diferentes noções de apoio, diferentes métodos e instrumentos formais, diferentes sentidos nessa comum e generalíssima orientação. Nela, a linguagem se considera como um processo formal e as línguas naturais como não distintas – teoricamente – de linguagens formalizadas. De um certo modo podemos dizer que os teóricos da

---

<sup>6</sup> Cabe bem a alusão de Bühler à gramática medieval dos ‘modistas’. Já nessa gramática (guardadas as proporções da distância, da tradição cultural e filosófica) ‘dizer’ era ‘significar’ e, ‘significar’, um modo de ‘fazer’. Vale lembrar Tomás de Erfurt: “o modo de significar ativo é um modo ou propriedade da ‘voz’ mediante o qual a voz significa uma propriedade da coisa. O modo de significar passivo é o modo ou propriedade da coisa tal como é significada pela ‘voz’. E dado que *significar e consignificar são uma forma de fazer*” (grifo nosso) “... daí é que o modo de significar se denomine ‘modo de significar ativo’.

comunicação se interessam sobretudo pelo que Bühler chamou “ação verbal”, caracterizando-a como instrumento de atuação no comércio humano; os outros se voltam para o que se chama, em Bühler, a ‘forma lingüística’ a um nível superior de abstração em relação ao grupo anterior; suspendendo a consideração dos aspectos sociais da linguagem, destacam o seu aspecto construtivo, aquele que a torna um instrumento dúctil de tratamento da realidade, de representação e construção do pensamento.

Mantém-se uma mesma preocupação fundamental: como se há de dar conta da relação entre as expressões e seu sentido? Em termos mais adequados à perspectiva em que nos devemos situar agora: como se hão de representar em uma linguagem formalizada os elementos e relações que, nas expressões, são relevantes para a significação?

Uma primeira forma de ensaiar a resolução desse problema está em partir da hipótese de que, sob a aparente irregularidade e multiplicidade dos fatos idiomáticos, subsistem sempre certos esquemas de construção que se podem abstrair das expressões elas mesmas. O modelo teórico exibiria, então, a ‘forma lingüística’ como ‘forma das expressões’, oferecendo a descrição estrutural das expressões observáveis (cf. Bonomi 1973: 296). Nessa descrição se discriminariam as informações indispensáveis à interpretação semântica, mediante a adição de um dicionário (descritas as unidades léxicas em termos conceituais), regras de projeção (transportando as relações estabelecidas no plano sintático sobre relações semânticas), ou mesmo algoritmos de transcrição que levem as fórmulas sintáticas a formas lógicas definidas independentemente. Chomsky é, acreditamos, quem melhor realiza essa hipótese teórica.

Insiste ele, desde o início de suas pesquisas (Chomsky 1955), na diferença de propósitos entre o formalismo lógico-semântico e o formalismo adequado à construção de uma gramática,<sup>7</sup> concebida na base como um processo mecânico de

---

<sup>7</sup> Compare-se neste ponto a posição de Chomsky com a de Quine (1972). Este observa que tanto as “estruturas profundas” concebidas pelos gramáticos quanto a estrutura lógica são paráfrases a que se recorre para certos propósitos de conveniência técnica. Em um certo sentido, são objetos formais semelhantes; mas os propósitos na elaboração de uns e outros são diferentes; o objetivo do gramático é colocar a oração de uma forma que possa ser engendrada por uma ‘árvore’ gramatical no modo mais eficiente; o objetivo do lógico é colocá-la em forma que permita mais eficientemente um cálculo lógico, mostrando suas implicações e afinidades conceituais com outras de modo claro

engendramento da descrição estrutural das expressões-tipo das línguas naturais. Essa contraposição que estabelece entre forma gramatical e forma lógica não decorre somente de uma diferença de propósitos, mas ainda de uma diferença de supostos: para grande parte dos lógicos importava elaborar uma linguagem que se afastasse da ambigüidade, vaguidade, contradições das 'estruturas superficiais' das expressões da linguagem corrente, na forma de uma tradução rigorizada, independentemente de poder ou não recuperá-las mediante procedimentos sistemáticos. Ao contrário, Chomsky participa, com os estruturalistas americanos, do pressuposto da regularidade e sistematicidade dos processos lingüísticos superficiais (embora exigindo um mecanismo mais complexo de descrição). Tratava-se, pois, de elaborar o modelo formal representativo de tal sistema, escolhendo os elementos e operações em um quadro diverso da semântica extensional dos lógicos.<sup>8</sup>

Chomsky opta, portanto, pela centralidade da sintaxe e vem, apesar das insistentes críticas, reafirmando essa decisão até seus escritos mais recentes. Para engendrar

---

e preciso. Quine também insiste em que essas diferentes tarefas não se satisfazem com as mesmas paráfrases. Assim, estrutura lógica e estrutura gramatical, enquanto paráfrases, reformulam e regularizam as orações das línguas naturais: não diferem no tipo, qualidade, mas nos detalhes e objetivos a cumprir. Quine fala, pois, de um pluralismo não propriamente de estruturas lógicas, mas de diferentes objetivos da investigação empírica.

Quine se insere, porém, entre os que, considerando as imperfeições das estruturas superficiais das línguas, concebem a noção de uma forma lógica da linguagem mais como uma 'tradução' em paráfrases, não necessariamente sinônimas, das expressões das línguas naturais. Nesse sentido se distancia de Chomsky, para aproximar-se mais das posições que se reencontram na descrição lingüística de Lakoff.

<sup>8</sup> Um quadro otimista se formava paralelamente entre os estudiosos que elaboravam a teoria das funções recursivas (Turing, Kleene, Post): parecia oferecer-se um caminho mais direto para o tratamento formal das línguas naturais do que imaginavam os empiristas lógicos. Rosebloom colocava, por exemplo, o problema de uma sintaxe geral das línguas formalizadas, propondo-se a chegar às propriedades estruturais de uma classe de linguagens suficientemente rica para abranger as utilizadas em matemática e lógica, servindo-se dos métodos combinatórios de Post. E sugeria a mesma via aos lingüistas: "poderíamos esperar que muitos conceitos da lingüística, que têm resistido a uma formulação clara e geral, possam ser tratados com a lucidez e rigor que tornaram a matemática um modelo para as outras ciências. A riqueza de particularidades e as múltiplas irregularidades das línguas naturais têm sempre ofuscado os princípios simples subjacentes aos fenômenos lingüísticos" (Rosebloom 1950: 163).

as orações em um sistema explícito de regras, toma como noção intuitiva – ponto de partida não-ingênuo para a formalização – a noção de categoria gramatical e, como prática subjacente de análise, uma análise em constituintes imediatos, mantendo nesse aspecto a tradição estruturalista americana, que concebe a descrição estrutural das orações como resultando de um processo de segmentação e classificação.<sup>9</sup> De fato, a representação formal conterá informações sobre o processo, pelo qual se dividem as orações em uma hierarquia de constituintes até as unidades mínimas com valor gramatical, e sobre como cada subsequência se associa a ‘conjuntos de traços’ de categorização que as classificam e subclassificam; ainda, sobre a ‘ordem’ desses elementos que se relaciona a uma ‘ordem básica’ ou normal dos constituintes na estrutura superficial das orações da língua considerada. Ele descreve, pois, a forma das expressões observáveis, transportando para o nível formal propriedades e elementos que nelas se isolam em uma análise implícita: trata-se de um modelo de estruturas superficiais em que se confundem “os dois planos primeiros da abstração da língua, ou seja, o das relações sintáticas internas e o dos recursos lingüísticos com que se expressam essas relações” (cf. Šaumjan 1965b: 137-138).

Como componente central, o componente sintático deve conter informações suficientes para que os objetos formais venham a ser interpretados em termos de dois sistemas independentes: o sistema de representação fonética e o sistema de representação semântica. A significação poderá somente ser ex-

---

<sup>9</sup> Apesar da insistência de Chomsky em tomar distância de seu antecedente estruturalista, temos razões para repetir que a contraposição entre ele e a tradição bloomfieldiana se situa mais no campo da filosofia das ciências e da epistemologia: sua concepção da prática científica, de métodos de justificação de teorias, de instrumentos e métodos formais, de processos de observação válidos. No fundamental, a mesma concepção de estrutura lingüística se mantém: independentemente da forma pela qual redefiniu ele, recentemente, as categorias (Chomsky 1967), estas somente se podem interpretar por critérios morfológicos e distribucionais de superfície; a ordem ‘abstrata’ corresponde à ordem linear ‘básica’, um entre outros recursos expressivos de que se podem servir as línguas naturais; as relações sintáticas, as relações definidas pela disposição superficial das categorias representadas nos indicadores sintagmáticos iniciais. Sua sintaxe é uma sintaxe segmental. Podemos estender a detalhes a argumentação sobre este ponto em nossa tese de doutoramento. Remetemos, porém, o leitor às observações de Halliday (1966).

plicada quando se disponha de uma sintaxe formal das línguas naturais.<sup>10</sup> É verdade que no *Aspects* se avança no sentido de dar conta, também formalmente, do problema do significado, mas a concepção semântica continua subsidiária e negativa: é semântico o que não se pode explicar satisfatoriamente no componente sintático (nas regras de base, no componente lexical, nas regras de transformação) (cf. Fodor e Katz 1964; também Bonomi-Usberti 1971: 70 e ss.). Aparentemente, mesmo, pela admissão da hipótese katziana do caráter composicional da capacidade lingüística do falante e a concepção do significado dos enunciados como resultante da composição dos significados dos elementos que os compõem, a teoria se aproximaria das exigências do princípio de composicionalidade (funcionalidade) de Frege. Nada mais enganoso: limitando Chomsky ao componente sintático o aspecto criador, construtivo da linguagem (pelo princípio da recursividade) supõe sem mais que são as relações definidas nesse plano que se devem projetar sobre o plano semântico, explicando-se assim a compreensão de como se combinam as peças léxicas para a formação da significação das expressões complexas. Explicitamente em Katz (1972: 112), a tarefa das relações sintáticas é prover, de um modo econômico e abstrato, as informações requeridas pelas operações de projeção que constroem as leituras derivadas composicionalmente, utilizando as informações semânticas do léxico. Davidson, porém, adverte bem sobre a ilusão de que uma sintaxe recursiva, com o apêndice de um dicionário, venha a constituir

---

<sup>10</sup> Em termos lingüísticos, o sistema sintático seria, pois, suficiente e autônomo; o sistema de representação fonética se caracterizaria independentemente, sobre um conjunto de traços categoriais perceptivos (definidos acústica ou fisiologicamente em uma teoria fonética). Podemos lembrar, neste ponto, a ‘substância da expressão’, em Hjelmslev. O sistema semântico se caracterizaria como um sistema de referências em que se organiza a prática do homem sobre o mundo: o seu pensamento e a sua forma de atuação lingüística. Lembra-se, agora, a ‘substância do conteúdo’ em Hjelmslev. Como sabemos, este autor associa a substância da expressão e a substância do conteúdo pela função semiótica que, ao mesmo tempo, determina esses dois ‘functivos’ que a ‘contratam’ (na terminologia que adota) como dois sistemas: a ‘forma de expressão’ e a ‘forma do conteúdo’. No caso de Chomsky, pode dizer-se que ao componente sintático cabe o papel de um cálculo da ‘função semiótica’: ele explicita as leis de correspondência que definem essa função. Essas comparações não vão sem o risco de uma deslocação dos termos de seu contexto teórico. Acreditamos, porém, poder aproximar assim um aspecto fundamental das duas teorias.

necessariamente uma semântica recursiva,<sup>11</sup> que é bem aquilo a que se destina o princípio composicional de Frege.

Nessa hipótese mais geral da centralidade da sintaxe se inscreve a da dependência estrutural da significação: a utilização da linguagem, a mútua compreensão nas situações de comunicação, sua eficiência funcional, tudo depende não de que as expressões possuam um ‘sentido’, por assim dizer codificado segundo convenções sociais coletivas, mas do fato de o sujeito ser capaz de construir um esquema estrutural, correspondente à forma da expressão, independente internamente das condições situacionais a que serve. As relações ‘expressão-conteúdo’, ‘enunciado-função’, ‘sistema lingüístico-atos efetivos de linguagem’ não se compreendem nem se explicam cabalmente sem a mediação da ‘forma gramatical’ (da estrutura sintática das orações). Essa, a colocação chomskiana.

Uma outra maneira de tentar definir a ‘forma lingüística’ pode descrever-se como segue: assumam-se que as línguas naturais apresentam, ao nível das estruturas superficiais, o resultado da utilização de recursos expressivos heterogêneos, não somente considerando as línguas humanas em geral, mas mesmo operando no interior de uma só língua. Ao contrário, portanto, de uma linguagem formalizada, em que todas as ‘funções gramaticais’ e todos os ‘tipos’ de signos se estabelecem de um modo determinado, nas línguas naturais interferem diferentes conjuntos de noções e de procedimentos, diferentes redes de relações, insuficientemente sistematizadas. As estruturas superficiais seriam, em virtude disso, o reflexo de diferentes modos de formulação; as inúmeras categorias gramaticais, correspondentes a aspectos não relevantes para a significação, decorrentes de “versões específicas” em que a oração é

---

<sup>11</sup> “É este o momento de atacar uma (outra) opinião otimista. Suponhamos que possuímos uma teoria satisfatória da sintaxe de nossa língua, consistindo em um método efetivo que nos diga, a respeito de uma expressão arbitrária qualquer, se ela é ou não autonomamente dotada de significado; ... assumamos que isso comporte o fato de conceber-se todo enunciado como composto ... de elementos tomados de um conjunto finito constante de elementos sintáticos atômicos (grosso modo, palavras). A opinião excessivamente otimista é que a sintaxe assim concebida produza uma semântica desde que se lhe ajunte um dicionário que especifica o significado de todo átomo sintático. Mas toda esperança se quebrará, se a semântica deve compreender uma teoria do significado... porquanto o conhecimento das características estruturais que contribuem para a significação, somado ao conhecimento do significado das partes do enunciado, não produz como resultado o conhecimento do que significa esse enunciado” (Davidson 1967: 437).

formulada (cf. Reichenbach 1947: 350); a descrição das expressões, dependente de diferentes recursos expressivos utilizados e procedimentos diversos envolvidos. Se assim, a forma da língua relevante para a significação não se pode determinar em um modelo das estruturas superficiais, transportando-se simplesmente para o nível formal propriedades, noções e operações determináveis nesse plano de uma sintaxe segmental. Observamos já que, para um grande número de filósofos e lógicos, se se pretende dar conta de fenômenos intencionais com suporte em uma linguagem rigorosa, isso não se fará sem uma completa reformulação da 'gramática' das línguas naturais, conflitando com a análise tradicional que descreve a forma superficial das expressões, Russel, em seu *On denoting*, apresenta o exemplo clássico dessa atitude, visando a regularizar mediante 'tradução' a vaguidade e ambigüidade da sintaxe das línguas naturais em uma linguagem destinada ao tratamento dos fenômenos extensionais.

Um modo de resolver o problema dessa distância entre a forma lógica (semântica) e a forma gramatical é efetuar uma revisão profunda na gramática tradicional para aproximá-la do formalismo de uma semântica extensional.<sup>12</sup> Inverte-se, nesse caso, a orientação com que se passa de um plano a outro da linguagem: a 'forma lingüística' se define como uma estrutura semântica que constitui o plano de base da gramática; este se interpreta em termos de processos sintáticos (das línguas naturais) utilizados na formação das expressões.<sup>13</sup> Substitui-se a metalinguagem da gramática por um formalismo lógico, definindo-se os procedimentos sistemáticos por que se passa deste às descrições superficiais: desse modo, às

---

<sup>12</sup> Reichenbach nos fornece um primeiro exemplo desse tipo de análise do fenômeno lingüístico, partindo do abandono das categorias da gramática tradicional para a "reconstrução racional do processo criativo" manifestado na linguagem, fazendo uso sistemático da noção de 'função proposicional'. Reconhece sempre que a linguagem é um "resultado de longo desenvolvimento histórico", pelo que nem sempre corresponde, na sua forma atual, "aos esquemas que tentamos construir na lógica simbólica."

<sup>13</sup> Para evitar mal-entendidos, advirta-se que se fala em 'orientação' em sentido lógico, como também se fala em 'prioridade' em sentido metodológico, sem qualquer compromisso com a idéia de uma direcionalidade no processamento da mensagem a partir de um componente 'ideacional' ou 'conceitual' imanente que se manifestaria nas expressões das línguas naturais; nem nos comprometemos com uma concepção de competência lingüística dependente da formação prévia de conceitos da organização do pensamento (cf., a propósito, Chomsky 1968: 17-18; Lakoff 1969: 237; Dascal 1973: 168-177).

categorias gramaticais se substituem categorias lógico-semânticas (proposição, predicado, argumento) e se redefinem as relações gramaticais entre os elementos com base nessas novas noções.

No quadro teórico da semântica gerativa, Lakoff oferece as sugestões mais ricas (embora nem sempre suficientemente explícitas) de uma teoria lingüística construída sobre tal 'base semântica'. Postula uma estreita correspondência da forma gramatical à forma lógica das orações. A tarefa da descrição lingüística será correlacionar aquela a esta, estabelecendo as condições pelas quais as formas lógicas precisamente definidas para expressões semanticamente bem formadas se incluem na classe das orações gramaticais (estruturas superficiais bem formadas sintaticamente). As regras da 'gramática' estabelecem inicialmente condições de admissibilidade de certas configurações categoriais e 'transformações', por meio das quais se pode passar dos indicadores iniciais a indicadores derivados. A seqüência derivacional termina com o indicador correspondente a uma estrutura superficial.

As regras desempenham, assim, um duplo papel: graças ao mecanismo de filtragem das 'transformações' condicionantes da passagem de uma forma lógica de base a uma determinada estrutura superficial, definem a classe de orações gramaticais, bloqueando a derivação das não-gramaticais, o que corresponde a uma função sintática; mas já é desnecessário definir as relações semânticas mediante regras de correspondência, visto que a estrutura lógica de base, a que a estrutura superficial é correlacionada, oferece as informações semânticas necessárias para a representação conceitual, e para a obtenção de interferências válidas nas línguas naturais; desempenham assim tais regras uma função semântica. De certo modo poderíamos dizer, como Bonomi-Usberti (1971: 128), que as regras constroem uma representação semântica e em seguida a 'interpretam' (retranscrevem-na), na forma de expressões das línguas naturais, exibindo suas propriedades sintáticas.

Converte-se o projeto chomskiano de que partira a semântica gerativa em um esforço crítico. Antes tínhamos um modelo em que os objetos formais abstratos se situavam imediatamente próximos às estruturas superficiais das línguas naturais: a descrição da forma gramatical devia garantir a relação entre a manifestação fonética e a estrutura semântica. Em Lakoff se estabelece uma interdependência e correlação entre os dois sistemas, utilizando como instrumento de mediação o formalismo da lógica. Esse formalismo é abstrato, e em dois sentidos: abstrato com respeito aos recursos expressivos de que se servem as línguas naturais; abstrato em relação ao sistema de referências em que as línguas naturais se interpretam



(cf. Lakoff 1972: cap. X). Essa neutralidade o constitui como esquema de correlação – enquanto teoria da forma do pensamento humano expresso nas línguas naturais, enquanto teoria das línguas naturais em que se pensa.

As dificuldades da semântica gerativa em reencontrar os elementos com que se constroem as ‘versões específicas’ da sintaxe das línguas naturais (em termos de categorias morfológicas e ordem seqüencial) decorre do fato de ter-se suportado a correspondência entre a forma lógica e as estruturas superficiais por uma revisão da ‘gramática tradicional’, distanciando excessivamente as estruturas superficiais das estruturas profundas. Na verdade, a escolha de um instrumento formal elaborado para os propósitos de uma semântica extensional não parece compatível com os propósitos de engendramento de descrições estruturais das expressões, ao nível superficial.<sup>14</sup> Ora, Lakoff pretende cumprir ambos usando o formalismo lógico e as técnicas derivacionais herdadas da gramática transformacional de Chomsky (cf., a propósito, a nota 7). Isto nos leva a perguntar sobre a possibilidade de utilizar notações diferentes, que se baseiam em noções e elementos mais próximos aos que se têm empregado na análise das línguas naturais: procedimentos que reflitam não somente a preocupação de obviar à falácia e ao paradoxo mas, também, a de construir os meios auxiliares para a obtenção de um sistema de determinação da classe de seqüências lingüísticas bem formadas sintaticamente.

Vejamos uma terceira possibilidade de descrever a ‘forma lingüística’ (entre outras eventualmente possíveis). Montague, por exemplo, recusa-se a aceitar o pressuposto da irreduzibilidade dos processos expressivos das línguas naturais a uma estrutura bem definida. Não aceita, entretanto, como Chomsky, a distinção entre a forma lógica e a forma gramatical definível ao nível das expressões. Nem admite a

---

<sup>14</sup> Um sistema como o de Lakoff exige uma poderosa bateria de transformações (locais, globais, transderivacionais) de extraordinária virtualidade descritiva. Na verdade, tal sistema permite engendrar o que bem se queira a partir da base qualquer que se imagine, pondo em dúvida a oportunidade de uma discussão sobre uma determinada base da gramática, supostamente universal. Isso compreenderam melhor os defensores da semântica interpretativa, levando em conta as demonstrações de Peters e Ritchie (1971). Esses autores conseguiram formular em teoremas notáveis que um sistema transformacional como o proposto em *Aspects* por Chomsky (embora mais restrito que o exigido por Lakoff) engendra qualquer conjunto enumerável de expressões. Como resultado mais forte: a recursividade da linguagem, engendada por uma gramática transformacional, sem a imposição de fortes restrições, não depende da base, seja ela banal ou extremamente sofisticada.

distinção entre uma sintaxe baseada semanticamente e uma sintaxe das línguas naturais. Conseqüentemente, não adota a solução, da tradição filosófica e da semântica gerativa, de reelaborar – sobre novas noções categoriais e relacionais – a gramática tradicional: ao contrário, incorpora muitas de suas generalizações à base intuitiva da formalização. Trata-se, portanto, de escolher e reformular outros instrumentos lógicos que permitam dar conta de uma posição radical em relação à forma da linguagem: entre as línguas naturais e as linguagens formalizadas não existe nenhuma diferença teórica. Podem todas tratar-se com as mesmas técnicas utilizadas em metamatemática para o estudo de sistemas formais. Nesse caso, a sintaxe, a semântica e a pragmática das línguas naturais seriam ramos da matemática (e não, por exemplo, da psicologia).

Trata-se, claramente, de um apagamento de limites (entre linguagem humana e linguagem formal) obtido pela via da generalização matemática, pelo que nos resta sempre interrogar se, nesse limite, não se perderam os aspectos da linguagem que nos interessam privilegiar. Por outro lado, porém, Montague aponta uma direção (a construção de formalismos adequados) para a representação explícita de inúmeras propriedades da linguagem, que permite romper com a dicotomia antes tão forçadamente marcada entre os processos envolvidos na construção das expressões e os destinados à explicação da significação (ou tricotomia: sintaxe, semântica, pragmática). E para tanto se volta para uma ‘gramática categorial’, recuando a proposições antigas de Adjukiewicz 1935.<sup>15</sup>

Colocara-se Adjukiewicz o problema de saber em que condições “uma expressão que possui um sentido unitário, embora formada de palavra simples”, cada uma provida de um sentido singular, “se constrói em um modo sintaticamente conexo” e pertence às expressões significativas das línguas consideradas. Por exemplo, por que uma oração como “João ama Josefina” forma uma expressão dotada de sentido, à diferença de “talvez cavalo se porém aparecerão”? Partindo das categorias de significado de Lesniewski, que tem suas fontes mais remotas em Husserl,<sup>16</sup> Adjukiewicz

---

<sup>15</sup> Para melhor estudo de Montague, veja-se a edição póstuma de suas obras e a introdução de R. H. Thomason, “Formal Philosophy”, New Haven and London, Yale Univ. Press, 1974. Ou de B. H. Partee, ed. “Montague Grammar”, New York, S. Francisco and London, Academic Press, 1976.

<sup>16</sup> Husserl, em suas “Investigações lógicas” (particularmente IV), fala de fato em categorias de significado, interessando-se pela composição das significações a partir das no-

elabora um formalismo “que se pode aplicar, em princípio, a todas as línguas e mediante o qual a conexidade sintática de uma combinação de palavras pode ser examinada e definida em um cálculo”. Não se exclui a possibilidade de aplicar o método a uma língua natural, sobretudo porque o formalismo adotado, em vez de servir-se da noção de ‘função proposicional’ elaborada para propósitos lógicos, se serve para a análise de linguagens formalizadas de análogos formais das categorias da linguagem comum. Mais ainda: o procedimento indicado formaliza procedimentos intuitivos de classificação a partir da noção de ‘rank’, ou de grau de derivação, que se encontram na lingüística em diferentes tendências (Jespersen, Hjelmslev, Harris, Kulagina, etc.), utilizando-se a noção de subordinação para a análise sintática e semântica das orações.

De um modo muito preciso e amplo, a notação categorial tem servido à construção de modelos que, colocando-se em um nível superior de abstração tanto em relação à matéria sintática quanto aos fatos semânticos das línguas naturais, permitem a reconstrução de ambas as estruturas com o mesmo aparato formal<sup>17</sup>. Parece-nos,

---

ções de dependência e autonomia de elementos significativos. Para resolver o problema dessa composição, admite inicialmente que as distinções da gramática correspondem a diferenças essenciais da significação (p. 106). A partir dessa hipótese, seu procedimento será o de voltar-se aos aspectos sintáticos da organização das orações, embora como passagem para as categorias do significado, integradas a uma estrutura além do observável – a ‘gramática puramente lógica e universal’ das formas ‘a priori’ de significação. Trata-se de isolar um conjunto de formas essenciais e estabelecer, recursivamente, as regras de composição dessas formas; em seguida definir transformações das unidades complexas em seus ‘vários modos de significar’ (129-134). Apesar, pois, da insitência no objetivo de determinar a forma geral das ‘formas de significação’ a técnica envolve procedimentos e critérios sintáticos. Explica-se assim porque um sistema formalizado de cálculo da conexidade sintática, derivado de sugestões de Husserl, possa servir a uma análise paralela da estrutura sintática e semântica. (Cf. observações gerais semelhantes em Bonomi 1973: 298.)

<sup>17</sup> Retomemos um paralelo que já fizemos (nota 10) entre os esforços de teorização recente e o trabalho de Hjelmslev. Neste, a função semiótica, como vimos, relata e constitui duas grandezas que toma como argumentos: a ‘forma da expressão’ e a ‘forma do conteúdo’. A função semiótica não se pensa, assim, de um modo ingênuo e realista entre uma expressão e qualquer coisa exterior ao próprio signo, mas entre dois sistemas – uma semântica e uma sintaxe formais. A função semiótica é, pois, uma projeção que transporta aos esquemas de determinação (noção básica na formulação de Hjelmslev) que se estabelecem em um sistema sobre os esquemas de determinação

contudo, que se tem perdido o aspecto original mais rico das gramáticas categoriais quando se procede como Lewis (1970), Montague (1970), Šaumjan (1965): definem-se certos tipos de categorias que se associam diretamente a elementos de um léxico, tornando a gramática em certos aspectos equivalente a dos indicadores sintagmáticos de Chomsky. Entretanto, o sistema, tal como o propôs inicialmente Lesniewski (e o praticam Curry e Feys, e Grize), apresenta o traço peculiar de constituir-se como um instrumento de análise contextual (contexto lingüístico), de modo que a pertinência de uma expressão a tal ou tal outra categoria depende do contexto em que ela se insere, ao contrário do que se passa habitualmente na gramática tradicional e na lógica (cf. Grize 1971: 47). Deve-se lembrar, a propósito de Lesniewski (segundo estudos de Machover 1966 e de Canty 1969), que sua formulação se aproxima das línguas naturais precisamente pelo fato de ser a dependência contextual indispensável, não somente para determinar o sentido das expressões, mas para a correta atribuição de uma categoria de significado. Por isso, símbolos de um mesmo tipo, em uma expressão ou em outra, podem pertencer a diferentes categorias e admitir diferentes interpretações. E a chave para esse tratamento da dependência contextual nas linguagens de Lesniewski é a sua teoria das categorias: elas se tornam (ainda como nas línguas naturais) independentes de uma determinada forma da expressão; nem se dão de início em um conjunto fechado e definitivo, associadas a elementos simbólicos determinandos, mas se engendram em um processo de derivação potencialmente infinito.

Um instrumento lógico como tal, construído sobre noções e processos que se isolam na consideração do funcionamento das línguas naturais, poderá responder provavelmente melhor às questões deste item, sobretudo às questões da proposta de Lakoff.

## 2

A concepção de linguagem, que acreditamos estimular nossa preocupação teórica, começa por evitar reduzi-la a um papel de ferramenta social, a limitar-se pela

---

em outro. Nestes termos, um morfismo. A metalinguagem lingüística deverá comportar duas partes distintas (pois que, segundo Hjelmslev, é necessário poder falar-se separadamente dos objetos no plano da expressão e no plano do conteúdo), que deverão, porém, construir estruturas análogas.

observação de sua face exterior, puramente instrumental. Pode parecer a Searle 1972, que é uma questão de bom senso considerar a linguagem sem aventurar-se na investigação de sua forma interior, inacessível: o seu propósito essencial é a comunicação “no mesmo sentido em que a tarefa do coração é a de bombear o sangue.” Preferimos, porém, observar com Chomsky (1976: 57) que um bom fisiologista, embora pusesse a atenção no fato de que o coração bombeia o sangue, certamente não se contentaria com a descrição exterior dessa relação entre o órgão e a função: estudará a estrutura do coração, os elementos e processos internos independentes que o constituem e adequam a tal função específica, “evitando assumpções dogmáticas a respeito da possibilidade de explicá-la (a essa estrutura) somente em termos funcionais”. Do mesmo modo que não se constrói uma física reduzindo-a ao estudo das ‘funções’ de máquinas e alavancas, nem uma botânica descrevendo as condições de utilização dos vegetais. Mesmo ao sociólogo não interessaria uma perspectiva exclusivamente funcionalista, na medida em que lhe furta elementos essenciais responsáveis pelo comportamento social, que não se explica somente pelas ‘funções’ aparentes das ações humanas, mas pelos esquemas estruturais da própria ação.

Certamente a linguagem se utiliza como instrumento de comunicação, certamente comunicamos por ela, aos outros, nossas experiências, estabelecemos por ela, com os outros, laços ‘contratuais’ por que interagimos e nos compreendemos, influenciemos os outros com nossas opções relativas ao modo peculiar de ver e sentir o mundo, com decisões conseqüentes sobre o modo de atuar nele. Mas, se queremos imaginar esse comportamento como uma ‘ação’ livre e ativa e criadora, suscetível de pelo menos renovar-se ultrapassando as convenções e as heranças, processo em crise de quem é agente e não mero receptáculo da cultura, temos então que apreendê-la nessa relação instável de interioridade e exterioridade, de diálogo e solilóquio: antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Como observa bem Lahud (1973: 30), se a linguagem “se encontra integrada a uma semiologia, é somente na medida em que ela não faz da comunicação sua própria marca distintiva; esta consiste no tratamento simbólico da realidade” de onde o homem tira a própria “possibilidade de comunicar por signos”. A função de comunicar não é a função única, nem mesmo a função essencial da linguagem: ela permite antes a reflexão e o pensamento, “substituindo a experimentação motora

sobre as coisas pela experimentação mental sobre os signos” (Paulus, *apud* Lahud). E tal experimentação dinâmica se compreende apenas parcialmente quando a imaginamos um processo receptivo de adaptação a um conjunto de convenções que reproduzem esquemas de interação social bem sucedida; ou quando a consideramos exclusivamente como servindo à reprodução de sucessivas etapas quase-contratuais da interlocução. Precisariamos lembrar que o contexto e a situação da atividade lingüística é somente um ‘modo’ (não menos discursivo) de seleção dos dados do exterior? Embora condição de desenvolvimento da ‘ação verbal’ eficaz, não constitui jamais o seu limite?

A unilateralidade do processo inscrita na descrição funcionalista empobrece essa concepção: a suposição de que a cada situação e a cada função específica devem corresponder modos específicos de expressão; a cada conjunto de fatores contextuais e situacionais, uma resposta determinada. Isto não considera a flexibilidade da linguagem, que permite – mediante processos de recursão transposição – reavaliar e reinterpretar continuamente esse quadro de fatores externos, optar entre eles, re-situá-los a fim de não somente refazer os esquemas habituais de interação mas, ainda, ampliá-los, modificá-los, substituí-los. Certamente a linguagem, por seu caráter histórico, estabelece alguns esquemas, por assim dizer, preferenciais, marcados, que fazem supor ao menos imaginoso que a realidade se dá por ela num ‘reflexo’ sempre retomado; perde-se, então, a compreensão de um aspecto seu riquíssimo: o de instaurar nessa perspectiva uma outra contraditória geometria. A linguagem não é somente o instrumento da inserção justa do homem entre os outros; é também o instrumento da intervenção e da dialética entre cada um de nós e o mundo.

Dizer assim nos lembra Chomsky (pelo menos em parte): a linguagem não é esse sistema de caráter aberto, público, universal, porque se adapta à multiplicidade das situações comunicativas; ela é um sistema aberto e criativo e, por isso, disponível ao atendimento das necessidades e intenções das mais variadas condições de comunicação.<sup>18</sup> Se fosse ao contrário, a linguagem seria a história do homem, quando, além

---

<sup>18</sup> Falamos aqui de criatividade em um sentido mais amplo que o de Chomsky. Devemos deixar isso anotado pois não desejamos que a referência a Chomsky neste contexto leve a apagar os limites que ele fixou para a noção de criatividade que adotou. Por outro lado, não desejamos confundir a criatividade da linguagem, no sentido abrangente que lhe damos, com os procedimentos formais recursivos com que a representamos parcialmente.

disso, ela a faz, reformulando e reelaborando os sistemas de referência para a ação humana.

Lembra-nos mais Bühler, porque processo criador e independente dos protocolos prévios em que se desenvolve, a linguagem é capaz de ‘falar’ como não se fala em situações práticas, para elaborar essas construções ‘autônomas’, emancipadas das restrições do comércio intersubjetivo da comunicação e, até, — em certo sentido —, do sujeito que as enuncia. Ela é capaz do ‘pensar-em-si-mesmo’ que não se reduz às condições da comunicação normal; pode-se estabelecer por ela não apenas um quadro original refletido de coordenadas, que se retoma a cada questão, mas o próprio contexto em que ela se torna significativa.

Nesse sentido, o funcionalismo tem examinado, com detalhes, as ações em que a linguagem está deixando à margem a ação que ela é. Na sua caracterização dos atos da linguagem, a ação humana pela linguagem se projeta a partir da enunciação e pela enunciação cabal: ela se observa, por assim dizer, do exterior e no exterior. É nesse exterior que se situa uma teoria que pretenda dar conta dos ‘momentos’ da ação verbal, preocupando-se com as condições de sua realização nos atos específicos que por ela se atualizam em situações concretas. Embora, pois, considerem a linguagem em um quadro geral da ação humana, a concepção funcionalista (implícita na teoria dos atos da linguagem) a limita por uma concepção instrumental, resultando ela um dentre outros mecanismos construídos pela coletividade, do almoxarifado de ferramentas com que o homem prolonga a sua ação sobre o mundo e sobre os outros. Contrapomos: a atividade lingüística, além de envolver a realização de funções sociais exteriores, em que a linguagem aparece como possibilitando tarefas de ocasião, realiza-se em uma multiplicidade de operações (em sentido intuitivo) subjacentes, interiores ao sujeito, de que a configuração superficial das expressões é traço revelador. Não se reduz, assim, essa atividade ao ato mesmo de enunciar, em que se utiliza o sistema lingüístico para a articulação de inúmeros discursos possíveis, carregando um sentido responsável pelos seus efeitos. Como observa bem Culioli (1970: 3) “a atividade lingüística é signifiante: é porque existem, na comunicação, operações nos seus dois pólos que os enunciados ganham sentido (operações complexas, pois todo emissor é ao mesmo tempo receptor e vice-versa). Mas não se pode afirmar que as palavras têm um sentido sem ser levado a uma concepção instrumental da linguagem, concebida como um instrumento cuja finalidade explícita seria a comunicação de sujeitos universais que, como se sabe, participam juntos do ‘bom senso’. Ora, pode-se mostrar que a linguagem não é exterior, somente, ao sujeito, mas está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade”

Não podemos, por isso, nem mesmo reduzir a atividade lingüística a um ‘pensar’ e ‘significar’ lógicos – no sentido pobre desse ‘bom senso’ de sujeitos universais, que tematizam e restringem um quadro que sai da realidade como relato de suas observações, organizam-no e se esforçam para verificá-lo contando os passos de sua volta a ela. A linguagem informa também um ‘pensar’ e ‘significar’ analógicos, que não exigem a equivalência nem a transitividade, mas suportam o devaneio sem volta das similitudes e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidades de conclusões. Ela não toma, necessariamente, um sempre mesmo sistema de coordenadas, o mesmo referencial: pode constituir o seu próprio eixo provisório para o reconhecimento e a identificação, pode ultrapassar o sistema fatural de referências estendendo os esquemas que constrói a indefinidos universos possíveis, imagináveis. Pensamos que se tem privilegiado a linguagem (por sua aproximação às linguagens restritas dos sistemas formais) como instrumento de regularização e de normalidade, limitando-se a sua virtualidade quando um de seus aspectos (essencial) é o de prestar-se eficazmente à subversão das categorias e valores, à expressão da ‘esquizofrenia’ que cria universos encantados, poemas, teorias.

E agora nos lembra Humboldt, com quem tanto Bühler como Chomsky se apadrinham. Tomemo-lo em contraponto em um parágrafo.

## 2.1

Humboldt também começa por opor-se a uma concepção de linguagem que a limite a uma função instrumental de comunicação. Ela tem um domínio de validade, mas somente no interior de uma perspectiva bem determinada: a produção da linguagem responde a uma necessidade interior, inata, do homem; o “impulso do homem em relação ao outro” requer o uso da linguagem pelas possibilidades de compreensão que oferece, e de si mesmo e do outro, pelos recursos que põe à disposição de objetivos comuns; mas ela “não é somente esse veículo externo, destinado a manter o intercâmbio social, mas um fator indispensável ao desenvolvimento do poder do homem e para que tenha acesso a uma visão do mundo” Humboldt (1936:151). Por isso, independentemente mesmo da comunicação que se estabelece entre um homem e outro, a linguagem constitui uma condição necessária, que governa o pensamento do indivíduo singular ao nível de sua existência mais solitária” (ib: 194), em virtude da qual o homem organiza seus pensamentos,



produz idéias que se reiteram e compõe, a passo e passo, o quadro de referências de toda a sua vida.

Em relação a esse processo, essencial para a compreensão da linguagem, “a comunicação por meio dela tem um papel de secundariedade, fornece ao homem elementos de convicção e estímulo” para a reflexão pessoal (ib: 194). A função primordial da linguagem em Humboldt é, pois, no sentido justo que traçamos, não propriamente a de transmitir aos outros nossas experiências, mas a de ‘constituí-las’. A expressão que corre por toda a obra de Humboldt é *Bildung* por meio da linguagem o homem “ ‘dá forma’ (*bildet*) ao mesmo tempo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, torna-se consciente de si mesmo, projetando um mundo no exterior” (carta a Korner, *apud* Hansen-Love 1972: 25). Algumas observações, porém, são fundamentais para compreender bem esse processo informador.

Em primeiro lugar, seguindo Humboldt, não se pode conceber essa forma como instaurando uma ‘racionalidade’ definitiva. Trata-se de um permanente processo de ir-e-vir, em que a linguagem serve sempre de mediadora responsável. “Porque a força que projeta (suas obras) opera em uma tensão sem limites ... segundo uma atividade incessantemente criativa: sua própria natureza não é diferente de seu próprio poder de produção” (ib., p. 157). Isto é, a linguagem não fixa um quadro universal, nem – menos – o recupera e reescreve descobrindo-o na natureza das coisas: ela exerce insistentemente sua função “criadora, sendo essa função, em um sentido muito mais profundo” o que unicamente há de “imaneente e constitutivo” (ib., p. 163). O ‘dar forma’ não corresponde, pois, ao instituir, mas em tornar o objeto suscetível de uma intermitente retomada, possibilitando o estabelecimento de relações a todo o tempo renovadas, que se formulam, por sua vez, e retornam ao processo de maturação. “Assumida em sua realidade essencial, a linguagem é uma instância continuamente e a cada instante em curso de uma transição emancipadora” (ib., p. 183). Humboldt se refere a um “ciclo completo de operações, desde o momento em que nasce a inteligência, até sua contra-ção sobre si mesma”;<sup>19</sup> e explica: a atividade subjetiva, interior, da linguagem pensando

---

<sup>19</sup> Humboldt dedica todo um capítulo à descrição desse “ciclo”. Em nenhum momento a linguagem aparece como um processo de simples reiteração de formas estabelecidas, apesar da grande preocupação de Humboldt com a história e a tradição. Do mesmo modo é dinâmica a sua concepção de aprendizado da linguagem. Ele não pode ser um “aprovisionamento de um estoque de expressões”, nem ainda um “depósito dos registros da memória” e um “subseqüente repetitivo balbucio nos lábios”, mas um “per-

“produz um objeto, que não *se pode entender como uma* mera recepção contemplativa de algo já dado como objeto. A atividade perceptiva deve combinar-se sinteticamente com a íntima operação da inteligência e é dessa associação que se libera a idéia. Em relação à energia envolvida, a representação se objetiviza e retorna a ela, de um modo renovado” (ib.: 194).

Relaciona-se com essa concepção dinâmica da linguagem o seu caráter histórico. Não somente o caráter histórico das línguas naturais (o permanente progresso ou degenerescência de suas formas externas). Histórico como um processo que, reassumindo embora o material e as direções recolhidos do passado, recompõe aquele e reorienta estas. Não é um recomeçar, como não é um repetir.

Por outro lado, não se deve conceber esse processo, para ser fiel a Humboldt, como destinado a cumprir exclusivamente uma função representativa. Trata-se de um esforço eminentemente ativo, constitutivo, que não possui em si mesmo os limites da convicção. Uma atividade “criativa e independente”, “em um livre jogo do entendimento e da imaginação” (ib: 24-25). A noção de *Bildung* possui, pois, duas faces, uma aberta ao trabalho do entendimento, outra, às provocações da imaginação; uma racional, em que o entendimento aparece com suas categorias, outra estética, que rompe com a lógica e a subsumção (Hansen-Love 1972: 24).

É nesse quadro que se deve compreender a famosa passagem de Humboldt: “propriamente falando, a linguagem é qualquer coisa de persistente, mas a todo momento transitória. Sua eventual fixação na escritura é somente uma incompleta e mumificada preservação.” ... “Em si mesma, a linguagem não é um produto (*ergon*) mas uma atividade (*energeia*). E por isso sua única definição verdadeira só pode ser genética. Ela é um contínuo esforço do espírito para articular o som de modo a torná-lo capaz de expressar o pensamento” (ib: 183). Tal esforço e trabalho, constante e uniforme, constitui a ‘forma da linguagem’ (ib: 185). E é a esse trabalho, à forma dessa atividade que se deve voltar quem deseje compreender a linguagem. Como porém dar conta dessa forma interior?

Chomsky observa (1966: 40 e ss.) que a noção de forma da linguagem que se desenvolve em Humboldt supõe um princípio, estável e invariável (*si*), que fornece os meios ao conjunto ilimitado de atos particulares, que constituem a utilização normal da linguagem: é por isso “que a linguagem se destina à construção, a

---

manente crescimento da capacidade da linguagem para a maturação e para a prática” (ib: 195).

partir de meios finitos, de um número potencialmente infinito de expressões”. De fato, Humboldt insiste sobre esse aspecto construtivo da linguagem, recusando-se a aceitar como adequado um procedimento de descrição cumulativo: porque a “linguagem não se pode considerar como uma entidade passiva, que se possa abranger em sua totalidade, nem se pode detalhar a passo e passo”; o que se pode na verdade definir “são as leis desse processo genético” enquanto “seu escopo e mais ainda as modalidades do produto permanecem completamente indeterminados” (p. 196). Mas Humboldt, na passagem mesma e que sugere esse procedimento recursivo (ib: 246), não deixa de lembrar que esse mesmo mecanismo ou força produz ao mesmo tempo a língua e o pensamento. Disso ele tira necessariamente a afirmação de que se trata de um esforço em duas direções ao mesmo tempo: “primeiro, sobre o próprio fluxo do discurso que se profere, segundo, em uma reação de retorno, sobre as próprias energias que o produzem” instalando um equilíbrio instável.

Não nos parece, por isso, reconhecendo embora a dificuldade de uma interpretação ‘atual’ do texto de Humboldt, que tenha razão Chomsky ao associar esse processo ao modelo de gramática gerativa que concebeu. Se temos razão, em tal modelo se tomam como elementos de base noções determináveis ao nível intuitivo por critérios morfológicos e distribucionais (cf. nota 9). Ora, as citações deveriam incluir a advertência de Humboldt que claramente distingue a forma da linguagem – enquanto atividade criadora – da forma, da morfologia, superficial: “o fator que a articulação acrescenta à simples evocação do sentido...é que ele representa as palavras não pela mediação de sua morfologia, mas pela forma como parte do todo infinito da linguagem” (p. 196). E em passagem mais clara: “A distinção que se faz entre gramática e dicionário é útil somente para o aprendizado das línguas”, pois “a noção de forma da linguagem não se reduz às regras da sintaxe e mesmo transcende às regras de formação das palavras” (ib: 186). A “forma da língua não se pode reduzir ao que se chama de forma gramatical” (ib).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Parece-nos uma aproximação adequada do pensamento humboldtiano a que podemos fazer entre a noção de ‘valor’ e tal ‘fator resultante de articulação’: trata-se de uma noção puramente relacional e não categorial. Como sugere Hjelmslev (no melhor tom de Saussure) a língua enquanto sistema de classes (enquanto princípio de classificação) e, conseqüentemente, as variadas ‘formas’ em que essas classes se manifestam, derivam do contexto relacional em que se inserem e onde se determinam. Há claras indicações nas análises de Humboldt de que ele tinha em vista uma estrutura das orações em que o verbo ocupa o centro de conexão dos demais elementos – uma

Pois tanto na “palavra singular como na contextura do discurso, a língua é um ato (*act*)” que certamente “opera uma síntese”, uma correlação “entre a forma interior do pensamento e o material fonético”. Como, porém, “tal síntese não é um simples estado de fato (*Beschaffenheit*), nem para falar apropriadamente uma ação dada (*Handlung*), mas um agir atualizando-se sem cessar, em movimento translacional, ela não poderia deixar de si o menor traço indicativo à superfície das palavras.” Buscar explicá-lo aí “é uma confissão de que se desconhece a sua natureza” (ib., p. 364-366).

A partir da concepção de ‘forma interna’ de Humboldt, o modelo chomskiano, operando sobre um conjunto fixo e delimitado de categorias gramaticais, que se interpretam como categorias morfológicas e distribucionais, e sobre uma noção de ordem que reflete a linearidade do discurso, cuidando, enfim, da forma superficial das expressões, incide já, não sobre a atividade criadora da linguagem, no sentido humboldtiano, mas sobre os resultados dessa. E isso porque a ‘forma’ em Humboldt designa os princípios dinâmicos do ato mesmo de ‘dar forma’: designa a universalidade de um processo e não dos elementos variáveis que se tomam nesse processo como suscetíveis de revisão e transformação. Designa um processo que não está sujeito a um conjunto estável e permanente de categorias, pois responde à provocação da imaginação; que constitui mas não se institui; que não se fixa, mas retoma e se renova.

Como observa Humboldt, a linguagem ‘dá forma’ em um processo persistente: por isso, “a sua própria ‘forma interna’ não designa senão uma lei, uma direção, uma maneira de proceder” (Humboldt, “Über den Dualis”, *apud* Hanse-Love 1972: 72).

## 2.2

Não há nada imanente na linguagem, salvo sua força criadora e constitutiva, embora certos ‘cortes’ metodológicos e restrições possam mostrar um quadro estável e constituído. Não há nada universal, salvo o processo – a forma, a estrutura dessa

---

forma de ‘gramática de dependência’ ou de ‘casos’ (ao jeito de Tesnière ou de Fillmore), afirmando-se a prioridade gramatical das relações entre os elementos sobre a enumerações de seus traços morfológicos e do sistema de classes. Humboldt dispunha de uma longa tradição nesse sentido, na gramática medieval, nos modistas por exemplo; antes ainda em Prisciano; ou depois em Du Marsais (apesar da leitura duvidosa e das citações parciais de Chomsky).

atividade. A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que ‘dá forma’ ao conteúdo variável de nossas experiências,<sup>21</sup> trabalho de construção, de retificação do ‘vivido’, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade como um sistema de referências em que aquele se torna significativo. Um trabalho coletivo em que cada um se identifica com os outros e a eles se contrapõe, seja assumindo a história e a presença, seja exercendo suas opções solitárias.

Mas a reflexão anterior nos afasta de uma concepção empobrecida da linguagem como mero instrumento de comunicação ou de ação exterior do homem, ela conduz também a rejeitar uma redução da linguagem a um sistema formal. A linguagem, na medida em que ‘dá forma’ é bem já uma atividade quase-estruturante, mas não necessariamente ‘estruturada’, no sentido estrito do termo, ou se concebemos ‘estrutura’ como uma organização estável de categorias. Ao contrário da linguagem, os sistemas formais são o resultado de uma atividade reflexiva sobre a própria linguagem, que a toma em um momento de sua transitoriedade e a fixa e determina para dar conta de um momento dessa reflexão. A linguagem natural permanece sempre o instrumento de uma prática primitiva de estruturação dos fatos da experiência, de revisão e reformulação: uma espécie de ‘lógica’ primitiva e fraca que não se cinge às restrições das propriedades formais.

Pode pensar-se que um esquema recursivo de engendramento de expressões, a partir de um conjunto imanente e definitivo de categorias gramaticais (supostas universais) dê conta da multiplicidade dos discursos possíveis. Mas nele se

---

<sup>21</sup> O texto relembra diretamente Granger (1968). Tomemos uma nota a Lahud (1973), cujo estudo minucioso dos trabalhos de Granger, em um certo período de sua reflexão filosófica, permite situar apropriadamente esta referência. Embora Granger tenha muitas vezes insistido na diferença entre a linguagem natural e a linguagem formal, pelo papel predominantemente informacional da primeira e pela função estritamente estruturante da segunda, Lahud interpreta as relações entre a linguagem natural e os conceitos de ‘experiência’, ‘fenômeno’, ‘objeto’ em Granger como instituindo uma teoria da linguagem natural – instrumento de pré-estruturação da experiência. A partir dela, a linguagem, instrumento de comunicação, se explica. “Uma língua – escreve Granger – “é evidentemente um sistema de formas: por mais que o aproximemos da experiência ‘vivida’, essas formas são organizadas e o menos ‘estruturalista’ dos lingüistas não pode deixar de reconhecer que elas constituem pelo menos esboços de estruturas abstratas que remetem a um trabalho de construção e retificação do vivido” (Granger 1968: 111).

incorporam já os resultados de uma prática anterior como um universo constituído e determinado. Bem repetindo Humboldt, a linguagem é um processo, cuja forma é persistente, mas cujo escopo e modalidades do produto são completamente indeterminados; em outros termos, a linguagem em um dos seus aspectos fundamentais é um meio de revisão de categorias e criação de novas estruturas. Nesse sentido, a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários.

Por um lado, esse aspecto fundamental da linguagem a torna um instrumento dúctil e eficaz de contínua retificação de todo o anteriormente organizado, remanejando o que se poderia supor imanente, fixo, definitivo. Por outro lado, a atividade lingüística supõe ela mesma esse retorno sobre si mesma, uma progressiva atividade epilingüística: como “atividade metalingüística inconsciente” (Culioli 1968), de modo a estabelecer uma relação entre os esquemas de ação verbal interiorizados pelo sujeito e a sua realização em cada ato do discurso; como atividade seletiva e consciente, na medida em que reflete sobre o processo mesmo de organização e estruturação verbal; justamente em virtude dessa função, operando sobre signos que se tomam como objetos dessa reflexão, o homem ultrapassa os limites do observável e do perceptível: passando pela metáfora e pela metonímia, a linguagem se refaz linguagem poética, ou se higieniza e contextualiza (no sentido mais estrito de ‘contexto verbal’), no discurso filosófico e científico, em que as palavras e expressões tomam seus sentidos na cadeia das definições.

Podemos, pois, falar que, em contraposição a uma criatividade ‘horizontal’ que se representa pela construção das expressões mediante procedimentos recursivos, a linguagem estimula uma criatividade ‘vertical’, em que os esquemas relacionais de base se estendem a novos campos de objetos ou recortam diferentemente os mesmos domínios. Ora, tal processo analógico formal, em que não somente se ‘comparam’ propriedades que distintos objetos partilham, mas se transportam relações de uma ‘classe natural’ de objetos a outra, introduz na linguagem um fator decisivo de indeterminação semântica.<sup>22</sup> De fato, as expressões das línguas naturais não tomam, como uma linguagem formalizada utilizada no cálculo de uma teoria fatural, um

---

<sup>22</sup> Bunge 1975 em seu estudo sobre a analogia define com precisão a analogia substantiva e a analogia formal. A analogia é uma relação de ‘similitude’, uma relação frouxa que não participa das propriedades da equivalência e que não engendra, pois, conjuntos

domínio de interpretação uno e semanticamente coerente. Pela analogia se contrabandeiam de um domínio, fatural ou não, a outro predicados alheios que não se contêm no predicado básico que delimita esses domínios. Em uma contínua expansão de uma base inicial ( que se pode pensar ser o sistema de referência fatural ou das coisas, determinado espaço-temporalmente) pode-se ir tão longe quanto se queira, modificando, no interior da mesma linguagem, o universo do discurso e constituindo a multiplicidade e disjunção dos sistemas de referência em que a linguagem se torna significativa (cf. Bunge 1964: 179-181).

Se temos razão em nossa reflexão anterior, vê-se como um sistema semanticamente coerente e ocluso se constitui mediante uma série de restrições ao livre exercício da linguagem e mediante estrita 'contextualização' (lingüística) da significação; isto é, uma expressão significaria exclusivamente em virtude das relações contextuais (lingüísticas) estabelecidas num conjunto restritivo de proposições iniciais, e em procedimentos de definição (derivação) que se servem somente dessas proposições iniciais e das que delas se derivem. Assim se garantiria a homogeneidade predicativa, a unicidade do sistema de referências, o fechamento semântico, a conexidade semântica. Ao contrário disso, a linguagem humana existe 'antes' desse esforço delimitativo, na transgressão de um pensamento analógico e metafórico. Certamente era essa a propriedade da linguagem humana que se referia Humboldt quando afirmava que a atividade lingüística opera sempre sobre um substrato material já trabalhado anteriormente, fixado para determinados momentos, pelo que ela não se pode considerar somente uma produção sistemática e reiterada mas como sempre renovada reorganização. A linguagem formalizada, quando se interpreta em um domínio concreto, começa por fixar um momento desse processo, em um estado de equilíbrio perfeito, em um sistema uno e preciso, que se constitui como paradigma provisório.

É em virtude dessa indeterminação semântica que se pode justificar a informação radical de Malinowski (cf. p. 11): nenhuma expressão é significativa fora de seu contexto de situação. Não se trata porém de uma asserção dizendo respeito

---

homogêneos. Nos estudos lingüísticos sempre se considerou a importância da analogia (cf. por exemplo Saussure) não somente para os estudos diacrônicos, mas também nos estudos sincrônicos. A analogia exerce uma função conservadora e criadora na linguagem. Mais recentemente tem-se considerado seriamente o problema das extensões analógicas de relações determinadas em um sistema fatural, espaço-temporalmente ordenado, para o tratamento de relações mais abstratas, até como processo natural de aquisição da linguagem.

somente às condições da comunicação (como lhe parecia). Ela decorre da universalidade da linguagem, que torna impossível a identificação dos objetos, nos vários sistemas de referências a que a linguagem se refere, exclusivamente mediante recurso a especificações predicativas.<sup>23</sup> E isto outra vez distingue a linguagem humana das linguagens dos sistemas formais. Nestas, uma “marca distintiva é a ausência de elementos dêiticos (*embrayeurs*)” que remetem a instâncias e condições da situação

---

<sup>23</sup> Procuremos distinguir aqui os dois aspectos que Malinowski incluiu na noção de ‘contexto de situação’; falamos de ‘situação’ para entender não um ‘lugar real’, um espaço fisicamente delimitado ou ‘situação imediata’ (cf. nota 5) em que o discurso se efetiva. Entendemos por ‘situação’ todo um jogo de fatores e relações que constituem condições de uso significativo da linguagem, ordenadas em relação ao sujeito (para não usar aqui o termo excessivamente restritivo ‘falante’. Usando ainda as expressões de um modo um pouco crítico, uma expressão lingüística se torna significativa (como correspondendo a modos de operar concretamente sobre a realidade ou por abstração) não somente por associar-se a ‘coisas’ (objetos, relações, processos, sistemas), mas por servir-se de um ‘referencial’ (de ‘coordenadas’) em que essas correspondências se atualizam (o tempo, o lugar, as instâncias pessoais do discurso, a indicação demonstrativa dos objetos, a atitude do locutor frente a seu próprio discurso, etc.). Constitui um aspecto fundamental da ‘situação’ a maneira pela qual as opções do sujeito (pela atividade constitutiva da própria linguagem ao lado da percepção) organizam os ‘objetos’ a que se referem, segundo certos traços categoriais e relações, em um ‘sistema de referências’, de natureza essencialmente lingüística (podemos dizer que o sistema de referências é constituído pela linguagem e nada tem a ver com a existência real das entidades que na linguagem se delimitam e a que nos referimos).

Entre as condições da situação se incluem, portanto, os discursos (ou ‘textos’) anteriores, pois a produção de um deles induz uma transformação nas condições de produção de um outro que o segue (ou de que antecipa a produção). Reservemos o termo ‘contexto’ para os fatores e relações que determinam um discurso ou segmento de discurso nesse plano exclusivamente lingüístico. O contexto é intermediário entre a situação e o sistema lingüístico. Situação e contexto funcionam em uma espécie de compensação recíproca: ou a situação é imediatamente percebida e determinada, e o contexto se simplifica (até à interjeição, ou à palavra-objeto que se cola a uma caixa de mercadorias); ou as relações na situação não se percebem e se definem suficientemente, e o contexto se torna complexo. O discurso não se libera da situação (se é que isso é possível de modo completo), senão para sujeitar-se a um contexto cada vez mais rico e exigente, onde termos e expressões tomam os seus valores exclusivamente na cadeia contextual das definições.



discursiva e do qual nenhuma língua natural pode dispensar-se (cf. Granger 1971: 85-86; Lahud 1973: 22 e ss.). Não se objete aqui com o fato de virem os lógicos desenvolvendo técnicas formais de representação dessas instâncias nos estudos de pragmática das línguas naturais: nas linguagens construídas para esse fim representam-se esses elementos, mas elas são ‘formalizadas’ em virtude exatamente da sua determinação que exclui variação condicionada à ‘situação’ ordenada em relação ao sujeito.

Uma observação final a este parágrafo. Se retomarmos as considerações que se fizeram sobre o caráter prático e primitivo da linguagem, as relativas a sua indeterminação semântica, as que se fizeram sobre a noção de contexto e situação (cf. nota 23), há-se de compreender porque as línguas naturais se dispensam de premunir-se de um sistema rigoroso de traços distintivos pertinentes que lhe assegurem, ao nível agora das expressões, coerência, univocidade, não ambigüidade. Não se pode assumir o pressuposto estruturalista de que todas as ‘partes’ do significado, relações subjacentes, delimitação dos indivíduos que participam de um determinado estado de fato, expresso nas orações, tudo corresponda a marcas sintáticas específicas que o explicitam. Deve-se observar que a linguagem nem sempre (ou poucas vezes) se utiliza de recursos expressivos suficientes para a identificação precisa dos objetos singulares referidos; nas expressões em geral se indicam os limites de uma certa ‘regionalidade’, a ser precisada com recurso à situação ou às regras implícitas no jogo de fatores do sistema de referências, pressuposto comum.

Por outro lado, sabe-se de sobra como, ao nível do sintagma e da oração, não se poderia propor antecipadamente um inventário exaustivo das possibilidades de utilização dos inúmeros traços categoriais oferecidos pela cadeia sonora e por associações semânticas (justaposição, configuração morfológica, distribuição relativa dos morfemas, ordem linear, pausas, entoação, concordância, etc.; composição de traços predicativos nos itens lexicais, pressupostos, deduções naturais, etc.). Elas se prestam a inúmeras ‘estratégias’ entre recursos concorrentes, redundantes, complementares que dispensam a linguagem de construir uma sintaxe determinada completamente. Some-se a isso o fato de que as línguas naturais são o resultado de longa elaboração histórica. Por isso, em um corte sincrônico, aparecem na organização das expressões diferentes ‘camadas’, organizadas por princípios de formação independentes.

Parece-nos que isto explica o fracasso dos procedimentos de análise que se constroem sobre um só critério e mesmo das tentativas de encontrar um procedimento recursivo que explique “não precisamente como (a linguagem) é, mas – segundo alguns – como o conjunto de orações bem formadas se desenvolveria ou poderia ser

infinitamente projetado”. Para Geach (1972, de quem citamos o trecho acima) “isto parece um procedimento tão científico como o de elaborar uma fórmula matemática que ofereça o atual desenho da costa da Inglaterra e seus limites com a Escócia.”

### 3

Nossa reflexão instaura um aparente paradoxo. A linguagem, concebida como um trabalho, uma atividade constitutiva quase-estruturante, seria insuficientemente examinada pelas convenções e condições em que ela se utiliza em uma ‘ação segunda’ no exercício social. Nem se pode apreender satisfatoriamente por processos de análise que se limitem a segmentar e classificar as expressões ou pela representação de uma ‘forma gramatical’ estruturada sobre um conjunto estável de categorias, resultado já dessa atividade. Nenhum progresso, porém, adviria da substituição desse plano e análise, buscando estabelecer como base da descrição um universo semântico coerente, logicamente estruturado, onde se pressuponha o mesmo sistema estanque de classes. Sobre que bases se pode, então, atender às exigências de sair deste discurso retórico original para a construção de uma teoria da linguagem? Como dar conta da ‘forma’ dessa atividade, ou das propriedades desse processo ‘em constituindo’ que não se institui nos constituídos?

É-nos possível pensar numa aproximação desse processo criador como uma construção em etapas ou estágios sucessivos, a partir das noções de ‘esquema de ação’ e de ‘função estruturante’ elaboradas na psicologia do Centro de Genebra. Piaget chama ‘esquemas de ação’ aquilo em que a ação é repetível, transponível, generalizável: insiste na ‘forma’ da atividade humana em oposição aos objetos, que lhe servem de conteúdo variável.<sup>24</sup> Quando se integram os objetos a um esquema de ação, em um todo organizado, estabelecem-se entre esses objetos relações de depen-

---

<sup>24</sup> Veja-se particularmente Piaget e outros, 1968, 3ª parte, p. 167 e ss. Como se sabe, o processo dinâmico de um ‘esquema de ação’ se descreve, em Piaget, como contendo dois momentos: um de assimilação dos objetos do esquema (o fato de integrarem-se os objetos em uma construção) que constitui o mecanismo formador do próprio esquema de ação (em um sentido biológico muito geral, à maneira com que os organismos assimilam o meio a sua estrutura e forma, podendo esta variar por acomodação àquele); outro de acomodação desses esquemas a cada situação particular e a novos objetos, que podem considerar-se ‘equivalentes’ do ponto de vista da sua possibilidade de integrar-se ao mesmo esquema (processo que institui um princípio de classificação).

dência, responsáveis pela caracterização dos objetos enquanto objetos de determinado tipo, desempenhando um determinado papel, em um determinado esquema de ação. Em geral, qualquer coisa que determine o modo pelo qual qualquer coisa depende de outra se traduz mediante ‘funções’ no sentido mais geral da teoria dos conjuntos. Como diz Piaget, a noção de dependência “seja ela dada entre propriedades variáveis ou constantes de objetos, ou que se estabeleça entre elementos e caracteres inerentes às ações e construções do sujeito” se exprime essencialmente em termos de ‘funções’. E todo um conjunto de resultados experimentais conduziu Piaget e seus colaboradores a caracterizar essas formas ativas de dependência funcional (ou, como dizem, as funções ‘estruturantes’) como a fonte das funções constituídas (isto é, de funções diferenciadas que interagem com operações), e também como fonte das operações, relações e classificações. Grize, em outro ponto, sublinha o aspecto construtivo das funções: com efeito, mesmo que se definam como um par ordenado “a ordem que subsiste na noção de par ordenado não é senão um traço dessa construção anterior de que se fez abstração”. Esse aspecto construtivo, digamos – ‘localizado’ da função a distingue das relações: a composição de funções comporta um grande número de limitações; as operações não são definidas para todos os elementos; propriedades como a transitividade, simetria, reflexividade, que não se poderiam dispensar num estudo das relações, desempenham um papel bastante apagado na teoria das funções.

Vê-se o interesse desses estudos para o problema colocado por nós de como dar conta da ‘forma’ de uma atividade – a atividade constitutiva da linguagem. Eles supõem pesquisas em que a ordem clássica – ‘classes-funções’ – seja invertida, tomando as funções como a representação de operações (em sentido intuitivo) primitivas elementares, que pelo seu aspecto dinâmico e construtivo não somente constituam um princípio de classificação mas, ao mesmo tempo, um princípio de reorganização os esquemas constituídos.

Essa perspectiva possui antecedentes na lingüística. Hjelmslev, por exemplo, em trabalho independente, procura tirar as últimas conseqüências da noção de valor em Saussure, tomando também noções de dependência (‘funções’ como chama, em um sentido muito próximo ao matemático) como o princípio de organização e classificação do sistema da língua. Mais recentemente se tem sugerido a aplicação à análise lingüística da técnica da ‘lógica combinatória’ e da ‘teoria da funcionalidade’ formuladas com precisão por Curry e Feys (cf., por exemplo, Grize 1971). Essa lógica generaliza a função, tratando de qualquer aplicação de termos a termos, qualquer que seja o seu tipo e natureza. Dispensa-se, por isso, da distinção desses termos

em diferentes categorias lógicas ou a ‘transcende’, evitando sua restrição a determinadas categorias. Como diz Freys, ela permite “considerar ‘à vide’ as operações do espírito, sem recurso ao artifício das variáveis”, esforçando-se em representar a própria atividade operatória do pensamento. Nesse sentido ela pode prestar-se, de modo particularmente eficaz, a que se proponha dar conta da própria atividade constitutiva da linguagem em um sistema de signos, independentemente de seu suporte variado (as expressões formadas pelos diferentes recursos sintáticos das línguas naturais) e de seu conteúdo (os objetos e propriedades e relações dos diversos sistemas de referência tomados como domínio de interpretação dessas expressões).

Não é aqui o lugar de levar adiante essas sugestões. Elas estão para dizer que há hipóteses e instrumentos formais viáveis para tentar uma aproximação da ‘forma interna’ da linguagem, superando a dicotomia som-sentido, estrutura semântica-estrutura sintática, apagada na consideração da atividade que a constitui; para reencontrar a linguagem na universalidade de seu processo, que explica essas construções circunstancialmente estáveis que se descobrem nas línguas naturais e no seu exercício, sem esquecer que o seu dinamismo é a garantia (feliz) da provisoriedade de todos os sistemas.

## Referências

- ADJUKIEWICZ, K. 1935. “Die syntaktische Konnexitat” [Tradução italiana em Bonomi, ed., 1973]. *Studia Philosophica* I: 1-27
- BONOMI, A., ed., 1973. *La Struttura Logica del Linguaggio*. Milão: Bompiani.
- BONOMI, A. & Usberti, G. 1971. *Sintassi e Semantica nella Grammatica Transformazionale*. Milão: Il Saggiatore.
- BÜHLER, K. 1934. *Sprachtheorie*. [Tradução espanhola, *Teoria del Lenguaje*]. *Revista de Occidente* (1950).
- BUNGE, M. 1975. *Teoria e Realidade*. [Tradução para o português de comunicação apresentada em inglês, em Bruxelas (1964)]. São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 1975. “Analogia, Simulação, Representação”. *Teoria e Realidade*, 185-203. São Paulo: Perspectiva.
- CANTY, J. T. 1969. “Ontology: Lesniewski’s Logical Language”. *Foundations of Language* 5: 465-469.
- CHOMSKY, N. 1955. “Logical Syntax and Semantics: their Linguistic Revelance,” *Language* 31: 36-45.

- \_\_\_\_\_. 1966. *Cartesian Linguistics*. New York: Harper & Row.
- \_\_\_\_\_. 1967. "Remarks on Nominalisation". Reeditado em Chomsky 1972. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. Haia: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1968. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation". Reeditado em Chomsky 1972. Haia: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1972. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. Haia: Mouton.
- \_\_\_\_\_. 1976. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books.
- CULIOLI, A. 1968. "La Formalisation en Linguistique". *Cahiers pour l'Analyse* 9: 106-117.
- DASCAL, M. 1973. "Are 'Semantic Structures' Really 'Deeper' than 'Deep Structures'". *Semiótica VIII*: 163-192.
- DAVIDSON, D. 1967. "Truth and Meaning". *Synthese* 17: 304-323. [Tradução italiana em Bonomi, ed. 1973 – 433-454.]
- ERFURT, T. 1947[1350?]. *Gramática Especulativa: de Modis Significandi* [Tradução Espanhola]. Buenos Aires: Losada.
- FEYS, R. 1946. «La Technique de la Logique Combinatoire». *Rev. Philosophique de Louvain* 44: 74-103 e 237-270.
- FIRTH, J. R. 1968. *Selected Papers*. [Editado por F. R. Palmer]. Londres: Longman.
- GEACH, P. T. 1972. "A Program for Syntax". *Synthese* 22: 483-497.
- GRANGER, G. 1968. *Essai d'une Philosophie du Style*. Paris: Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. 1971. "Langue et systèmes formels". *Langages* 21: 71-87.
- GRIZE, J. B. 1971. "Quelques problèmes logico-linguistiques". *Mathématiques et Sciences Humaines* 35: 43-50.
- HALLIDAY, M. A. 1966. "Some Notes on 'Deep Grammar'". *Journal of Linguistics* 2: 57-64.
- \_\_\_\_\_. 1970. "Language Structure and Language Function". *New Horizons in Linguistics*, ed. por J. Lyons, 140-165. Londres: Pelikan Books.
- \_\_\_\_\_. 1973. "The Functional Basis of Language". *Class, Codes and Control*, ed. por B. Bernstein, V. 2. Londres/Boston: Routledge/Regan Paul.
- HANSEN-LOVE, O. 1972. *La Revolution Copernicienne du Langage dans l'Oeuvre de W. Humboldt*. Paris: Wrin.

- HUMBOLDT, W. 1974[1936]. *Introduction a l' Oeuvre sur le Kavi* [Trad. Francesa de *Uber di Verschiedenheit des Menschliche Sprachbaues*]. Paris: Seuil.
- JAKOBSON, R. 1963. *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Minuit.
- MATZ, J. J. 1972. *Semantic Theory*. New York: Harper & Row.
- LAHUD, M. 1973. *Enquete Autour de la Notion de Deixis*. [Tese Mimeografada]. Université Aix-Marseille.
- LAKOFF, G. 1969. *On Generative Semantics*. [Multicópia do Ind. Univ. Linguistic Club].  
\_\_\_\_\_. 1972. «Linguistics and Natural Logic». *Semantics of Natural Language*, ed. por D. Davidson e G. Harman, 545-665. Dordrecht: D. Reidel.
- LEWIS, D. K. 1970. "General Semantics". *Synthese* 22: 18-67.
- MACHOVER, M. 1966. "Contextual Determinacy in Lesniewski's Grammar". *Studia Logica* 19.
- MOLES, A. 1957. *La création scientifique*. Paris: Editions Rnékistev.
- MONTAGUE, R. 1970a. "English as a Formal Language". *Linguaggi nella Società e nella Tecnica*, ed. por B. Visentini et al. Milão: Edizioni di Comunità.  
\_\_\_\_\_. 1970b. "Universal Grammar". *Theoria* 36: 373-398.
- PETERS, P. S. & Ritchie, R. 1971. "On Restricting the Base Component of Transformational Grammars". *Information and Control* 18: 483-501.
- PIAGET, J.-J. B. Grize e outros. 1968. *Epistemologie et Psychologie de la Fonction*. Paris: PUF.
- QUINE, W. V. O. 1972. «Methodological Reflections on Current Linguistic Theory». *Semantics of Natural Language*, ed. por D. Davidson e G. Harman, 442-454. Dordrecht: D. Reidel.
- REICHENBACH, H. 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Toronto: Macmillan Co.
- ROSEBLOOM, P. C. 1950. *The Elements of Mathematical Logic*. New York.
- ŠAUMJAN, S. K. 1965. *Struktunaja Lingvistika*. Moscou: Nauka. [Tradução italiana 1970 *Linguistica dinamica*. Bari: Laterza].  
\_\_\_\_\_. 1965. "Cybernetics and Language". *Diogenes* 51 [Tradução portuguesa. *Novas Perspectivas Lingüísticas*. Rio: Vozes, 1971].
- SAUSSURE, F. 1955[1915]. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- SEARLE, J. 1969. *Speech Acts*. Londres: Cambridge Un. Press.  
\_\_\_\_\_. 1972. "Chomsky's Revolution in Linguistics". *New York Review of Books* 29.
- STRAWSON, P. F. 1970. *Meaning and Truth*. Londres: Oxford Un. Press.